



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639915 - SC (2021/0011853-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : JEAN DE MENEZES SEVERO
ADVOGADO : JEAN DE MENEZES SEVERO - RS060118
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MARIA ELISANGELA NUNES DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de MARIA ELISANGELA NUNES DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5042991-62.2020.8.24.0000).

A paciente foi condenada à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, além de 583 dias-multa, pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006, oportunidade que lhe foi negado o direito de recorrer em liberdade.

Nesta via, sustenta o impetrante que a custódia cautelar foi decretada sem amparo em fundamentação idônea, e que as instâncias inferiores não levaram em consideração o entendimento do Plenário do Excelso Pretório firmado nas ADCs 43, 44 e 54, em que se reconheceu a constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que o crescimento acelerado da pandemia do COVID-19 justificaria o deferimento da prisão domiciliar à acusada, a fim de diminuir as consequências advindas do contágio do vírus.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva ou, não sendo esse o entendimento, que seja restabelecida a prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

Com relação à alegada ausência de fundamentação idônea da prisão preventiva, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que o Tribunal de origem assim fundamentou a segregação cautelar (fl. 10):

Sem grande esforço hermenêutico, é possível perceber que a prisão da Paciente decorre de medida cautelar pessoal, de natureza preventiva, que perdurou todo o processo de conhecimento e que foi reforçada na sentença penal condenatória, quando a ela foi negado o direito de recorrer em liberdade.

No caso, no curso da 'execução provisória' n. 50073048820208240011, deflagrada em razão da prisão preventiva mantida na sentença, foi concedida a prisão domiciliar em caráter excepcional e por prazo certo, tendo em vista a situação do presídio local à época, sendo que, tão logo cessaram os motivos ensejadores da benesse, foi revogada.

Verifica-se, portanto, que não há de se falar em execução provisória em decorrência unicamente da prolação da sentença penal condenatória, mas, sim, de verdadeira prisão preventiva.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito ao restabelecimento da prisão domiciliar em decorrência da pandemia do COVID-19, possibilidade tratada na Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade do *decisum* que revogou a prisão domiciliar da paciente, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 9-10):

Na decisão, constou que diante das providências adotadas no ergástulo, não mais subsistiam os fundamentos que antes justificaram a concessão da prisão domiciliar às internas do regime semiaberto. Extrai-se da fundamentação:

"A medida, ao que se constatou das inspeções realizadas foi bem sucedida. Não houve nenhum caso diagnosticado de COVID-19 na Unidade Prisional até o momento e o espaço provisoriamente ocupado pelos detentos do regime semiaberto masculino foi preparado para servir de enfermaria, caso sobrevenha a necessidade tratamento de qualquer detento, inclusive do regime fechado, bem como de local de triagem e isolamento provisório. A mesma medida foi adotada em relação às detentas mulheres.

Ainda, o alojamento incendiado foi totalmente reconstruído e está apto a abrigar 52 internos, em ótimas condições de salubridade e segurança.

Desta feita, diante das providências adotadas, não mais subsistem os fundamentos que antes justificaram a concessão da prisão domiciliar às internas do regime semiaberto.

Reitero, há espaço físico vago que tanto pode ser utilizado inicialmente para triagem das detentas que retornarem à Unidade como para enfermaria, caso haja

esta necessidade.

Por fim, quanto à apenada especificamente, também não há situação peculiar que justifique a manutenção do benefício. A propósito, reitero que a prisão domiciliar é medida excepcional que exige requisitos específicos e fundamentação idônea. Por isso, ao menos por ora, não vejo razões suficientes para manutenção do benefício."

A situação de saúde da apenada, aliás, será avaliada no Presídio tão logo seja posto na triagem da quarentena.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência